

## Panorama geral da gestão da água na Espanha

Abordar temas sobre a água é sempre instigante e desafiador. O papel transversal da água na sociedade suscita opiniões, posições e interesses com matizes muitos diversos. Podem refletir objetivos, visões de mundo, concepções de ideais e anseios de sociedades diferentes. Esta diversidade costuma gerar tensões e conflitos, fato intensificado pelo caráter vital e estratégico da água como recurso produtivo e insumo viabilizador de atividades econômicas. A água é um elemento e um tema transversal em termos científicos, técnicos, políticos, econômicos e sociais. Seja sob pontos de vista mais setoriais, regionais, locais ou individuais, ou outros mais abrangentes e democráticos socialmente, estamos diante de um campo difícil de lidar por sua natureza complexa, multidisciplinar e de interesses variados. Como lembra Arias (2002),

nos movemos en un campo, el del agua, que está a medio camino entre lo científico y lo político; lo económico y lo sociológico; porque, en suma, nos atañe mucho individualmente al considerarlo, al igual que el aire o la luz, como un recurso de universal uso propiedad de cada uno de los usuarios (p. 373).

Desde os anos 1990, a Espanha assiste à intensificação dos debates sobre a necessidade de novos rumos na gestão da água que a tornem mais alinhada com uma perspectiva mais integrada, sistêmica e ambiental da água. A “velha” cultura da água representada pelo paradigma de aumento contínuo da oferta e políticas hidráulicas de obras estruturais, vigente e dominante no país desde o final do século XIX, já não atendia os anseios de processos mais harmonizados com princípios ambientais de integração da gestão da água com a gestão de ecossistemas hídricos e com o ordenamento territorial. Baseando-se na lógica da consideração

dos desequilíbrios socioeconômicos regionais como resultantes do desequilíbrio hidrológico entre a “Espanha seca” e a “Espanha úmida”, as políticas tradicionais se cristalizaram no país a partir do final do século XIX com o fortalecimento do pensamento regeneracionista. As características climáticas mediterrâneas formam um traço definidor do panorama espanhol de gestão da água, dados os desafios de atendimento das demandas em quadros de regimes pluviométricos irregulares e, em significativa parte do território, em índices inferiores a 500 mm/ano.

O amadurecimento de setores da sociedade, o fortalecimento de movimentos sociais e ambientalistas e a aprovação da Diretiva Quadro da Água no ano 2000 contribuíram para o processo de freio deste paradigma. A entrada da Espanha na União Europeia em 1986 também marcou o início de um período de fortes transformações do país em termos socioeconômicos. O país modernizou-se, cresceu economicamente e houve melhorias sociais generalizadas. Este processo de desenvolvimento foi praticamente contínuo até a crise econômica internacional que se abateu sobre o país a partir de 2008, quando muitos avanços se viram comprometidos.

O surgimento e a consolidação do movimento *Nueva Cultura del Agua* foi um marco importante nesta trajetória histórica de questionamento do paradigma tradicional, dado o seu peso científico e à sua capacidade de articulação política e social no país. O futuro das políticas de gestão da água na Espanha deve contemplar, conforme os defensores do movimento, cenários de diálogo, igualdade, equidade e desenvolvimento compartilhado nos quais a utilização da água não implique a perda descontrolada de terras, de população, de território e do patrimônio natural (Buil, 2006). As críticas e pressões às políticas tradicionais contribuíram para a reprovação do anteprojeto do *Plan Hidrológico Nacional* de 1993 e o abandono da ideia de transposição do rio Ebro. Também resultaram na busca de soluções alternativas para o aumento da disponibilidade hídrica no país, como a intensificação das estratégias de gestão da demanda via instrumentos econômicos (tarifas e taxas) e busca de maior eficiência nos processos de gestão e prestação de serviços.

Também foram implementadas estratégias de investimentos em recursos não convencionais, como os efluentes tratados e as águas pluviais, mas a dessalinização foi, realmente, a alternativa que recebeu mais investimentos. Após o auge da atenção à dessalinização com o Programa A.G.U.A. iniciado em 2005, as críticas também foram intensificadas em função de deficiências nos projetos e custos desmotivadores para os usuários, levando à subutilização ou mesmo desativação de várias plantas. Atualmente não se vê tantos trabalhos e defensores da dessalinização como antes. De todos modos, algumas estratégias de gestão das demandas também são criticadas no país por acabarem seguindo a mesma lógica de aumento da oferta. Este é o caso da própria dessalinização, que foi inserida em

políticas que buscavam aumentar a disponibilidade hídrica de áreas com problemas de atendimento das demandas.

No campo do planejamento, o qual é um dos pilares dos processos de gestão da água na Espanha, os organismos de bacia foram levados a buscar a incorporação de princípios de busca do bom estado ecológico das massas de água. Esta concepção obriga os gestores a terem em mente a conexão sistêmica entre águas superficiais, subterrâneas, de transição e costeiras, o que não é tarefa tão simples como a tradicional consideração do recorte superficial das bacias hidrográficas. Na verdade, o sistema espanhol ainda não incorporou adequadamente as águas de transição e costeiras em suas práticas de gestão, havendo claro protagonismo das águas doces continentais. A gestão por massas de água leva a uma mudança de concepção da gestão do recurso, para a gestão dos sistemas hídricos. A identificação de massas de água “rios”, por exemplo, exige dos gestores uma visão mais abrangente dos elementos que configuram o sistema fluvial. Esta ótica torna-se mais alinhada com as percepções e vivências sociais em muitas realidades da Espanha, do Brasil e de vários outros países. Os rios foram, na Espanha, eixos estratégicos de ocupação do país e viabilização da configuração dos territórios. Muitas cidades surgiram às suas margens e muitos possuem, até hoje, um incomensurável significado cultural, histórico e simbólico para a sociedade. É o caso de Zaragoza, cortada pelo rio Ebro, e de Sevilha e Córdoba, pelo rio Guadalquivir, apenas para citar poucos exemplos.

A gestão de massas de água, como rios, é uma referência relevante para o caso brasileiro. A figura ambiental dos rios é muito mais apreendida pela população, em diversas realidades, do que a gestão da água. As relações sociais e econômicas se desenvolvem em torno dos rios e a população tem uma percepção muito mais concreta dos cursos d'água como elementos territoriais do que a população de grandes cidades em que os rios foram artificializados. Nas metrópoles brasileiras, a relação da população com os rios foi gradualmente sendo abandonada, seja devido à sua remoção das paisagens urbanas ou à sua artificialização e poluição. A relação com as águas se restringe, quase sempre, aos usos domésticos, gerando quadros de completa falta de referência aos mananciais ou fontes de origem das águas urbanas, assim como de falta de significado social dos rios. Porém, em várias realidades do país, como em Rondônia, as fortes relações sociais com os rios configuram estruturas sociais completamente diferentes em que, mais do que a água, são os rios os verdadeiros protagonistas territoriais (Caramello; Saurí, 2016). Não apenas sociedades amazônicas possuem este diferencial. Ao longo de todo o país, são verificadas relações semelhantes, bastando atentar, como exemplo, para o significado do rio São Francisco para as populações ribeirinhas. Portanto, devemos evoluir das concepções de gestão da água para outras mais integradas de gestão de massas de água, corpos d'água ou sistemas hídricos.

Além das massas de água, os organismos de bacia passaram a ter que incorporar a noção da gestão da água na unidade espacial das Regiões Hidrográficas (*demarcaciones hidrográficas*), como também determina a Diretiva Quadro. Mesmo aproveitando a base já existente de gestão por bacias, fato respeitado pela Diretiva, há uma crescente pressão para que as Regiões Hidrográficas sejam incorporadas nos planos de gestão, facilitando a padronização de linguagens, concepções e objetivos em nível da União Europeia. Este processo está avançando e ainda não se pode dizer que a cultura da gestão das massas de água e das Regiões Hidrográficas esteja avançada no país. Os organismos de bacia e a sociedade, em geral, tendem ainda a conceber a gestão da água no recorte das bacias, muito mais facilmente assimilável e que é aplicada no país há séculos.

Em termos de compatibilização das unidades espaciais de gestão, este desafio é somado ao da integração de esforços interinstitucionais no que se refere às *comunidades autónomas* e às *demarcaciones* ou bacias hidrográficas inter e intracomunitárias. Conforme lembram Del Moral e Zapata (2016), o processo de evolução da gestão da água na Espanha apresenta duas perspectivas associadas e complementares: a da geografia política, centrada na análise dos conflitos entre territórios, e a da ecologia política, focada nos conflitos internos entre agentes sociais dentro dos territórios.

Como exposto no texto, uma mesma comunidade autônoma pode possuir parte inserida em uma Região Hidrográfica intercomunitária e outra parte em uma região intracomunitária, como é o caso da Catalunha. A concertação entre os gestores das unidades político-administrativas e os gestores das unidades hidrográficas não tem sido sempre fácil, muito pelo contrário. Cada vez mais as *comunidades autónomas* reclamam maior participação na gestão da água. A fragmentação dos processos decisórios de gestão territorial gera uma distorção dos âmbitos de atuação, pois a água e os sistemas aquáticos dependem, e influenciam, diversas dimensões territoriais a cargo de diferentes autoridades administrativas. A gestão da terra, em termos de uso e ocupação, fica, neste sentido, desconectada da gestão da água. Estas tensões institucionais-territoriais são agravadas no quadro espanhol devido à configuração nacional em comunidades com importante autonomia, algumas permeadas por anseios históricos de emancipação e independência como a Catalunha e o “País Vasco” (*Euskera*). A Catalunha, por exemplo, tem passado por tentativas de aproximação com países europeus, particularmente a França, no que se refere à busca de soluções para o aumento da disponibilidade hídrica via transferências entre bacias internacionais. A participação em redes nacionais de transferências hídricas pode configurar-se, nesta perspectiva, em um enfraquecimento dos ideais independentistas. Logicamente que nenhuma decisão, ação ou intenção refere-se a toda a população da região e tampouco a todo o aparato de governo da Catalunha, mas esta linha ideológica não deixa de ser relevante ao expressar uma das tendências de pensamento da sociedade.

Por outro lado, os planos de bacia passaram a ter parâmetros mais exigentes de incorporação de critérios ecológicos. A Diretiva Quadro estabeleceu que “a água não é um bem comercial, mas sim um patrimônio que deve ser protegido”. Metas e prazos foram estabelecidos para a obtenção do “bom estado ecológico” e químico das massas de água superficiais e do bom estado quantitativo e químico das águas subterrâneas. A gestão da água passou a ser orientada à gestão dos ecossistemas aquáticos, em um enfoque no qual o estado quantitativo e qualitativo dos sistemas hídricos é resultante das decisões tomadas em relação às massas de água como um todo e aos usos territoriais relacionados. A Diretiva exige a consideração de todas as dimensões que possam auxiliar a busca dos objetivos de melhora do estado ecológico dos ecossistemas aquáticos, bem como auxiliar a redução das pressões humanas que comprometem tais objetivos. Estevan e Naredo (2004) definem esta estratégia como “*planificación ecológica al mínimo coste*” e alertam que a Espanha ainda não conseguiu aplicá-la a contento.

Nos últimos anos sistemas aquáticos como as áreas úmidas (*wetlands*) ganharam mais atenção, e seus processos de degradação tornaram-se mais expostos na literatura e na mídia. Este foi o caso dos impactos da superexploração de aquíferos e de mananciais superficiais, poluição por agroquímicos ou expansão urbano-turística nos complexos úmidos de *Ojos del Guadiana*, *Tablas de Daimiel* e *Doñana*, na Andaluzia, na *Albufera de València*, no *Mar Menor* (região de Cartagena) e no delta do rio Ebro, na Catalunha. Ainda nesta perspectiva da Diretiva Quadro, os organismos de bacia são desafiados a estabelecer as vazões ecológicas (*caudales ecológicos*) como fluxos não destinados a usos, gerando muitas críticas sobre os critérios empregados. Os recentes ciclos de planejamento (2009-2015 e 2016-2021) certamente refletem, em maior grau, a perspectiva mais ecológica da Diretiva em relação às décadas anteriores, mesmo com as diversas críticas quanto ao grau deficiente desta assimilação.

Em termos gerais, muitas críticas ao sistema espanhol envolvem falta de transparência, carência de participação popular, burocratização das decisões e ações, desmandos de corrupção, negligência administrativa e forte submissão às pressões dos grupos econômicos, particularmente irrigantes e setor elétrico (Arrojo, 2006). Quanto à legislação, o maior problema não é a ausência de normas legais, mas sim a sua aplicação, fato que envolve vontade política. As concessões de longas durações, consideradas quase perpétuas, e a manutenção do domínio privado das águas subterrâneas, por significativa parte dos irrigantes, são dois dos pontos mais criticados da legislação. Neste último aspecto, configurou-se um quadro cristalizado de propriedade privada das águas pelo setor agrícola, no qual a consideração legal das águas como públicas é considerada como uma simples formalidade.

O panorama mostra uma relativa compatibilidade entre os usos agrícolas e a geração de hidroeletricidade a partir da extensa rede de reservatórios e estruturas

de regulação nas cabeceiras. Como lembra Cuadrat Prats (2006), os setores se protegeram historicamente devido aos mesmos argumentos para a manutenção e construção de represas para o aumento da oferta de água. Entretanto, o aumento das demandas agrícolas em um contexto de expansão das áreas irrigadas a partir dos anos 1990 e as exigências de consideração das questões ambientais cada vez mais em voga com a Diretiva Quadro da Água vêm potencializando as situações de conflitos e reduzindo a tradicional harmonia entre estes setores.

Quanto ao setor urbano, envolvendo os usos domésticos e industriais, este se vê afetado diretamente pelas políticas relativas aos outros dois setores. As tarifas e taxas de água e saneamento pagas pelos usuários refletem os contextos de disponibilidades, de demandas e de busca de incorporação do princípio de recuperação de custos defendido na Diretiva Quadro. Neste sentido, o país assistiu, nas últimas décadas, a uma importante elevação dos custos e preços da água, o que certamente contribuiu para a queda nos consumos domésticos que se verificam em nível nacional desde os anos 1990. A queda dos consumos contraria a lógica de elaboração de cenários de aumento contínuo das demandas elaborados pelos defensores das políticas hidráulicas tradicionais. Em certas regiões, como na *Area Metropolitana de Barcelona*, a queda fez com que os consumos chegassem a limites mínimos inferiores aos recomendados pela Organização Mundial da Saúde.

As represas são as principais estruturas de regulação dos sistemas hídricos no país. Sua multiplicação levou a Espanha a possuir atualmente cerca de 1.300 reservatórios, o que constitui o maior número de represas *per capita* do mundo. Neste sentido, duas posições estão sendo delineadas no país com respeito às políticas de água (Cuadrat Prats, 2006): a defesa da continuidade das políticas hidráulicas de construção de represas com base no argumento de alternativa “limpa” em relação a outras estratégias poluentes e impactantes; e a defesa de técnicas mais alinhadas com os novos tempos, que levem em conta as limitações e impactos econômicos e ambientais das represas. A maioria dos ambientalistas e defensores da *Nueva Cultura del Agua* tendem a pensar que a primeira posição continua levando vantagem e impondo-se nas políticas de gestão da água e nos planos de bacia.

Apesar de as represas serem bem mais numerosas, os projetos e obras de transferências hídricas entre bacias foram e são bem mais polêmicos no país. A ideia de transposição do rio Ebro, surgida há séculos e defendida com mais ênfase no século XX, foi um dos motivos da rejeição do anteprojeto de *Plan Hidrológico Nacional* em 1993 e da forte mobilização social que ocorreu no final dos anos 1990, coordenada pela *Nueva Cultura del Agua*. As críticas prosseguiram no *Plan Hidrológico Nacional 2000*, levando ao abandono do projeto em 2005. As transposições concretizadas no país recebem diversas críticas sobre os critérios e justificativas adotadas, com destaque para as transferências Tajo-Segura e Júcar-Vinalopó. Os pontos mais atacados referem-se aos

impactos derivados da retirada de fluxos nas bacias cedentes e de incorporação de fluxos nas bacias receptoras, e aos critérios nebulosos de consideração de bacias excedentárias e deficitárias, relacionados a uma suposta busca do equilíbrio hidrológico regional e, conseqüentemente, dos díspares níveis de desenvolvimento territoriais. Diversos estudos criticam esta perspectiva de relação entre o quadro natural e os desequilíbrios socioeconômicos e apontam que as transferências hídricas não resolvem estas desigualdades, pois beneficiam uma parcela pequena de usuários que já é, tradicionalmente, beneficiada. Alguns autores apontam que é frequente que as bacias cedentes ocorram em regiões mais deprimidas economicamente do que as regiões receptoras de água. Para estes críticos, é muito mais lógico buscar-se uma equidade de rendas, e não de águas, entre as regiões, com base em políticas territoriais focadas em dimensões sociais e econômicas.

Conforme havia sido constatado por Martínez Gil (1997), a Espanha vive um enfrentamento ideológico social entre visões desenvolvimentistas e a conservação dos valores patrimoniais, incluindo a água. Este é um conflito presente não apenas na Espanha, mas em diversos países, como o Brasil. A proteção da água e dos sistemas aquáticos, segundo as novas diretrizes europeias, exige mudanças de posturas e ideias que nem sempre são facilmente incorporadas pelo sistema gestor e pela sociedade. Um dos desafios do amadurecimento da sociedade espanhola neste sentido envolve, segundo Martínez Gil (1997), uma mudança de consciência geral sobre o significado da água e dos valores ambientais.

Es una lucha que acabará cuando la sociedad sea capaz de discernir la diferencia que hay entre el “valor” y el “precio” de las cosas; cuando sea capaz de sentir la diferencia que hay entre lo que está sujeto a valoración monetaria, y lo que nunca debería estarlo (Martínez Gil, 1997, p. 86).

A experiência espanhola mostra que um sistema amadurece a partir de confrontos e harmonizações entre pontos de vista. A “velha” cultura da água ainda é forte no país, permeando políticas de diferentes governos e partidos, e defendendo a construção de obras para o aumento da oferta de água. Como acusaram vários autores, mesmo governantes de partidos políticos contrários ao paradigma hidráulico acabaram por aplicá-lo quando chegaram ao poder. A inércia política e as tentativas de atendimento ao *status quo* tornam mais fácil esta estratégia, enquanto o seu abandono pode exigir fortes custos políticos. A construção de obras para o aumento da disponibilidade hídrica não é, por si só, algo negativo. Obras foram e são bastante úteis em determinados contextos. Entretanto, o paradigma como um todo se vê ultrapassado, seja à luz das exigências europeias, seja considerando os cenários de degradação ambiental, a

quase completa artificialização dos sistemas fluviais e as modernas necessidades de compatibilização de interesses no país.

Por sua vez, a *Nueva Cultura del Agua* também é vista com desconfiança por uma parte dos acadêmicos e gestores, particularmente quanto a um viés ideológico e político do movimento, o qual estaria impregnado de concepções partidárias interessadas na ocupação das estruturas de poder. Também há críticas à idealização de modelos de desenvolvimento, de ordenamento territorial e de estruturação de sociedade que são relativamente utópicos, impossíveis de serem aplicados considerando-se a lógica de funcionamento das civilizações atuais. Nessa linha, o movimento defenderia o abandono das concepções capitalistas e neoliberais de produção, nas quais a água é vista prioritariamente como insumo produtivo. Portanto, os críticos apontam que não é de se estranhar que a *Nueva Cultura del Agua* tenha mais recepção no seio dos partidos de concepção socialista. Entretanto, os fundadores do movimento defendem que há muitos equívocos e incompreensão sobre a essência do que defendem. De fato, não é difícil perceber, na obra de referência (Martínez Gil, 1997), que há um viés humanístico e ambientalista que está acima das concepções políticas e ideológicas. Os princípios essenciais podem até mesmo parecer “ingênuos”, na fala de Martínez Gil, como no trecho a seguir:

Puede parecer ingenuo hablar a un gestor incluso a la sociedad en términos de los “ojos del alma”, de los “valores metafísicos del agua”, del “lenguaje de los símbolos” o “capacidad de comprensión holística de la vida y la naturaleza, y del ser humano insertado en ella”; sin embargo, la esencia del problema y su solución es así de sencilla, y de compleja a la vez, pasa por ahí, del mismo modo que la paz en el mundo es un problema relacionado con la falta de una cultura de la fraternidad. El círculo no admite cuadraturas. No se puede servir con lealtad a dos señores al mismo tiempo, de forma que nos dedicábamos a proteger decididamente el agua y los ríos, a conservar lo poco que de ellos está quedando, ... o no hay solución posible, sino farsa y retórica medioambiental. Así de claro.... Un cambio sustancial de nuestra actitud frente al agua y los ríos nos puede ayudar a ese gran golpe de timón que necesitamos, esa convulsión profunda capaz de humanizar el saber y el conocimiento, de instaurar una cultura del respeto, del compromiso, de la responsabilidad, de la fraternidad... en definitiva “una nueva cultura de la vida”. Hoy, los grandes problemas del agua no son esencialmente hidrológicos, porque su naturaleza es diferente (MARTÍNEZ Gil, 1997, p. 237).

Realmente a defesa de valores humanos e éticos no mundo da política, da ciência e da tecnologia pode parecer pouco atrativa em relação à busca de conhe-

cimentos, de obtenção de poder e de configuração de uma sociedade segundo ideais e interesses particulares. Martínez Gil (2007) alertou que o termo *Nueva Cultura del Agua* foi e vem sendo apropriado em várias situações, de modo equivocado e manipulado, esvaziando o seu verdadeiro conteúdo. O resultado é que atualmente muitas pessoas que adotam o termo nem sabem exatamente o seu real significado, às vezes confundindo com a simples posição contrária às represas, às transposições de rios ou à expansão das áreas irrigadas, ou então a ações de economia da água e busca de eficiência.

As transformações necessárias para a modernização dos processos de gestão da água, conforme as diretrizes europeias, passam por dimensões pessoais, coletivas, setoriais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Na *Nueva Cultura del Agua*, a forma que o ser humano concebe e se relaciona com os sistemas aquáticos é posta como protagonista para as demais transformações necessárias. A integração da gestão da água na gestão territorial é um princípio básico que permeia a busca destas mudanças. As estruturas de ocupação, apropriação de terras, utilização de águas e produção estão intrinsecamente conectadas. Como lembra Madurga (2005), as decisões políticas sobre a produção agrícola ou a importação de alimentos podem ter mais impactos na segurança alimentar e hídrica de uma região ou país do que decisões de se construir grandes estruturas hidráulicas. O comércio internacional de alimentos envolve diretamente as transferências de água e a dinâmica é controlada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste sentido, não é difícil visualizar que o comércio de “água virtual” e todas as implicações territoriais derivadas são definidos com mais ênfase pelas políticas internacionais de comércio do que propriamente pelas políticas nacionais e regionais da água. No contexto da União Europeia fica claro que a expansão ou retração de áreas irrigadas na Espanha, apenas para citar o uso que mais demanda água, acompanha as diretrizes e decisões comerciais continentais. O conceito de “pegada hídrica” facilita compreender que em grande parte dos países mediterrâneos, as políticas da água estão condicionadas diretamente pelas políticas agrícolas. Portanto, como vem sendo enfatizado na Espanha, as políticas da água não deveriam ser concebidas e aplicadas somente no âmbito institucional do Ministério do Meio Ambiente e dos organismos de bacia. Há uma difícil e complexa necessidade de integração setorial e institucional que viabilize a conexão entre as decisões nos diversos campos territoriais de gestão ambiental e de definição das políticas econômicas.

Na busca da compreensão sobre as principais características da experiência espanhola de gestão de água, a reorientação do papel do estado parece ser dos princípios transversais mais importantes. Mesmo as políticas mais liberais ou mais descentralizadoras não deixam de orbitar em torno de um Estado tido como coordenador dos processos decisórios e da formulação das políticas do setor. Os

recentes ciclos de abertura à privatização da prestação de serviços urbanos na Espanha são acompanhados por críticas e pela defesa do Estado como o mais adequado para defender os interesses sociais coletivos. A *Nueva Cultura del Agua* tem enfatizado a importância de se remunicipalizar os serviços públicos em prol do interesse comum, ao mesmo tempo em que se busque fortalecer e readequar o poder público. As variações de intensidade da presença e força do Estado na gestão da água ocorrem ao longo do tempo e dos governos em função do peso que este adquire, amparado pelos quadros legais e institucionais vigentes.

Paralelamente tem sido bastante destacado que processos modernos de gestão alinhados com os novos desafios do século XXI somente podem ser empreendidos por sistemas descentralizados, participativos e com interferência equilibrada do poder público em relação aos demais setores da sociedade. O enraizamento da lógica tradicional de aumento da oferta de água tende a gerar certa deformidade da intervenção pública nos processos de gestão da água. O papel do Estado se consolida no planejamento e em investimentos para a multiplicação de obras hidráulicas de armazenamento, regularização, distribuição e aumento da oferta de água para atender demandas nem sempre justificadas. As obras, particularmente reservatórios e canais para transferências hídricas, transformam-se no cerne das políticas hidráulicas.

Apesar do foco nos mananciais superficiais, as políticas de aumento da oferta de água também abrangem a exploração dos aquíferos espanhóis. A superexploração de aquíferos, particularmente no Sudeste espanhol, leva muitos autores como Sevilla Jiménez *et al.* (2010) a questionarem o papel do Estado nos discursos e incentivos “regeneracionistas” sobre a importância da agricultura na economia. Esta lógica teria sido fundamental para subsidiar e permitir a expansão da agricultura irrigada com águas subterrâneas na região, trazendo impactos importantes na redução das reservas hídricas, além de consumir significativos recursos econômicos públicos. O papel do Estado também foi decisivo no crescimento dos investimentos privados, seja nas transformações das terras de cultivos de “*secano*” em áreas irrigadas, seja na modernização da agricultura nas últimas décadas. Deste modo, os autores questionam: “¿Hasta qué punto, en los momentos actuales no se puede exigir responsabilidad a la Administración Pública por esos comportamientos? ¿Puede argumentarse que los agricultores y usuarios son los únicos responsables de la situación de los acuíferos del Vinalopó?” (p. 328).

Por outro lado, no campo da drenagem urbana, as políticas públicas se especializaram, tanto na Espanha como no Brasil, em artificializar corpos hídricos em prol do “bem comum”. Sob o discurso do combate aos riscos e danos das inundações, cursos d’água são retificados, canalizados e certas vezes tampados. As obras de artificialização vêm, assim, tentar sanar os problemas gerados pela falta histórica de planejamento territorial urbano que controlasse a ocupação das pla-

nícies e facilitasse a convivência harmoniosa entre sociedade e sistemas fluviais. O discurso do “bem comum” ou do “interesse geral” é, por isto, bastante questionado pelos defensores da *Nueva Cultura del Agua*. Enquanto não se define claramente o que significam estes termos, não se pode compreendê-los e confiar na sua veracidade. Em sentido oposto, e na linha da Diretiva Quadro da Água, cientistas e ambientalistas alinhados com princípios da *Nueva Cultura del Agua* vêm intensificando as demandas por estratégias de restauração e reabilitação fluvial, nas quais se busca a manutenção ou recuperação, o mais próximo possível, das características hidrogeomorfológicas originais dos sistemas fluviais. A implantação da *Estrategia Nacional de Restauración de Ríos*, em 2006, e a criação do *Centro Iberico de Restauración Fluvial*, com sede em Zaragoza, em 2009, refletem estes esforços, os quais foram incorporados por certos planos de bacia.

A necessidade de reorientação do papel do poder público na gestão da água na Espanha vem sendo particularmente discutida em relação aos serviços de águas e saneamento. Assim como no Brasil, os municípios têm a competência constitucional para a gestão dos serviços, mas grande parte transfere a administração e execução total ou parcial destes serviços para o setor privado. As causas desta transferência são variadas e vão desde a incapacidade técnica e institucional do poder público local até a inércia e falta de interesse político. Conforme Cabrera (2008), o poder político municipal tem horizontes geralmente restritos aos quatro anos de duração das legislaturas e a preocupação dominante se resume a que a água chegue aos usuários nas melhores condições e no menor custo possível. Preocupações sobre eficiência, ordenamento territorial e questões ambientais são, geralmente, esquecidas ou ficam em segundo plano.

Nas palavras de Arrojo e La-Roca (2015), a Espanha assiste a um processo de progressiva “anorexização” das instituições públicas em prol da valorização das políticas privatizantes, propiciada pela criação de um clima de desconfiança dos serviços públicos, os quais são vistos como ineficientes, opacos e burocráticos. A privatização traria, neste imaginário, alternativas de “*modernidad, flexibilidad, eficiencia y racionalidad, sobre la base de glorificar las virtudes del libre mercado*” (p. 223). Os setores interessados na privatização dos serviços públicos, incluindo o Banco Mundial, adotam três principais argumentos, conforme os citados autores: o setor privado tem mais capacidade para aportar os recursos necessários para os investimentos neste período de crise financeira; as regras de competição do livre mercado melhoram os desafios de ineficiência e corrupção, já que os usuários têm maior controle dos serviços na posição de clientes; e, diante da crescente complexidade técnica dos serviços de água e saneamento, a iniciativa privada oferece maior capacidade organizacional e técnica.

Portanto, quando a conjuntura leva ao desinteresse ou à impossibilidade de gestão dos serviços públicos, o poder municipal tende a recorrer às concessões ao

setor privado. O tradicional sistema de concessões de serviços de gestão de águas urbanas e coleta/tratamento de efluentes para o setor privado vem sendo questionado pelos defensores da *Nueva Cultura del Agua*, como expresso no documento final do fórum *La Participación ciudadana en la gestión del agua*, realizado em Valencia em 09 de abril de 2016 (FNCA, 2016a). As conclusões do evento ressaltam que cabe ao poder público administrar e executar os serviços que sejam essenciais para garantir o direito humano à água como recurso vital e essencial às atividades humanas, já que o setor privado não assume a lógica de garantir uma quantidade mínima vital de água em situações de precariedade econômica. Neste sentido, o documento destaca

las ventajas de la gestión pública o directa del agua frente a la gestión privada o indirecta desde el punto de vista del interés público, como la garantía del derecho humano al agua, el impulso de la participación ciudadana y la aplicación de una visión amplia que tenga en cuenta consideraciones ambientales y sociales. Estas ventajas están condicionadas a que dicha gestión pública incorpore criterios de eficacia, eficiencia y transparencia, entre otros condicionantes necesarios (FNCA, 2016a, p. 1).

Ainda segundo o documento, para que se consiga a remunicipalização dos serviços públicos de água e saneamento, é necessário superar as deficiências do poder público, dada a constatação do definhamento das capacidades gestoras das comunidades locais para assumirem tais serviços, ao contrário do crescente fortalecimento técnico das instituições privadas. Conforme Cabrera (2008), a falta ou deficiência de recursos humanos especializados é um traço da gestão pública dos serviços de água e saneamento na Espanha que favorece a privatização. Porém, a concessão ao setor privado não garante a qualidade dos serviços, já que, muitas vezes, a infraestrutura é obsoleta, deteriorada e aquém das necessidades atuais. Constata-se que a discussão sobre as vantagens e desvantagens da prestação dos serviços públicos pelo Estado ou pelo setor privado continuam bastante fortes no seio dos processos de gestão da água na Espanha.

É preciso lembrar, entretanto, que somos tentados a conceber o Estado como uma entidade abstrata, poderosa e que guia nossos rumos. Muitos discursos sobre o “Estado” e as “políticas públicas” vêm carregados desta abstração, referindo-se a este ser invisível que não vemos, mas que defendemos ou criticamos segundo nossas convicções. Quem constrói e constitui o Estado, as políticas ou os territórios são pessoas, indivíduos, cidadãos. Dada a complexidade dos fatores envolvidos na gestão da água e a constatação da necessidade de sua difícil integração, cabe finalizar lembrando, portanto, que qualquer processo de gestão envolve, antes de qualquer fator técnico ou econômico, dimensões humanas muitas vezes esquecidas.

As decisões são tomadas por pessoas, as políticas são concebidas por pessoas, as transformações territoriais são definidas por pessoas. São seres humanos com histórias, sentimentos, pensamentos, percepções, opiniões, crenças e objetivos diferentes. Como afirmou Delli Priscoli *et al.* (2004), não podemos esquecer que os fatores emocionais, culturais e éticos podem ser decisivos nas políticas da água. Estes conjuntos de características embasam as concepções políticas pessoais e coletivas. Isto nos leva a compreender o fato de que, dentre tantas questões referentes à água, os “*temas más espinosos y difíciles de resolver son los sociopolíticos más que los puramente técnicos*” (Sahuquillo *et al.*, 2008, p. 16).

## 1 Pontos-chave do panorama da gestão da água na Espanha

Como maneira de facilitar a compreensão e a visão integrada dos traços característicos do sistema espanhol de gestão da água, apresentamos, a seguir, uma síntese das principais informações do livro.

- o contexto climático mediterrâneo é um traço geográfico que marca profundamente todas as dimensões da gestão da água e dos sistemas aquáticos na Espanha. Em muitos aspectos, o clima mediterrâneo é visto como causador dos problemas econômicos, sociais e ambientais do país. A menção à polarização entre a “Espanha seca” e a “Espanha úmida” ainda ocorre com frequência. Na ótica tradicional baseada nas políticas de obras hidráulicas, há uma maior proliferação de ideias e propostas sobre a necessidade de estratégias de busca de “equilíbrio hidrológico nacional”, combate às injustiças naturais e defesa de uma “solidariedade hidrológica”. Estas ideias encontram campo mais fértil nos períodos de estiagens e redução da disponibilidade hídrica;

- as transformações registradas nas variáveis climáticas nas últimas décadas, particularmente índices pluviométricos, temperaturas e taxas de evapotranspiração, fazem parte das preocupações e dos desafios do sistema de gestão. A literatura acadêmica e técnica vem demonstrando redução das precipitações na Espanha mediterrânea, agravando os cenários hidrológicos e de disponibilidade hídrica. Estas tendências tornam as longas séries de dados hidrológicos pouco eficientes no cálculo de médias plurianuais para embasar a tomada de decisões nos processos de planejamento;
- há no país uma relativa polarização das concepções de gestão da água que refletem diferentes ideologias e visões-objetivos de sociedade. Aqueles mais alinhados com o movimento *Nueva Cultura del Agua* e com os princípios da Diretiva Quadro da Água possuem concepções mais afins aos ideais com conotação mais socioambiental e menos econômica. Criticam

as políticas de aumento de oferta da água e defendem políticas de gestão das demandas e do estado ecológico dos sistemas aquáticos. Já aqueles mais alinhados com a lógica tradicional, possuem maior aderência com as políticas hidráulicas de aumento da oferta de água, principalmente via construção de represas, canais de transferências hídricas e plantas de dessalinização. Logicamente que entre estas duas correntes há matizes de opiniões e posições intermediárias;

- há na Espanha uma longa tradição de gestão da água por bacias hidrográficas, via organismos de bacia, fortemente dependente do governo central e dominada pelos setores agrícola e hidroelétrico. Esta tradição difere da maioria dos países europeus onde à gestão por bacias foi implantada sob o quadro prévio de recortes territoriais político-administrativos;
- o sistema de gestão enfrenta o constante desafio de compatibilização entre os interesses dos diferentes recortes territoriais, principalmente entre os organismos de bacia e as *comunidades autónomas*. As bacias e regiões intercomunitárias abrangem mais de uma comunidade, enquanto uma mesma comunidade pode ter parte do seu território em uma região intercomunitária e parte em uma intracomunitária, como é o caso da Catalunha;
- as *comunidades autónomas* vêm demandando cada vez maior participação na gestão da água na Espanha. Tensões e conflitos com os organismos de bacia e entre as próprias comunidades têm sido frequentes, com destaque para as situações de transferências de água entre bacias de comunidades diferentes. Os critérios de proporcionalidade de área e população, na representação das *comunidades* nos organismos de bacia intercomunitários, é uma das causas das críticas e conflitos;
- em um contexto de ideais independentistas, certas *comunidades autónomas* apresentam rejeição à integração em redes nacionais de transferências hídricas. Na Catalunha, por exemplo, há defensores do princípio da “solidariedade europeia” a partir da aproximação com a região francesa *Languedoc-Rousillon*, visando à transferência de águas do rio Ródano;
- os Estatutos de Autonomia das *comunidades autónomas* vêm sendo alterados ao longo do tempo visando atender as aspirações de maior autonomia regional na gestão dos sistemas aquáticos. Ao mesmo tempo que trazem maior satisfação interna em cada *comunidad*, trazem conflitos, em vários casos, entre as próprias comunidades, suscitando recursos e processos judiciais;
- a gestão de massas de água e de Regiões Hidrográficas (*demarcaciones hidrográficas*), como defendido na Diretiva Quadro da Água, ainda enfrenta o desafio de vencer a lógica da gestão por bacias hidrográficas. A consideração das bacias como unidade de gestão é antiga e tradicional na Espanha, tendo sido a unidade de referência das *confederaciones hidro-*

*gráficas*, os organismos de bacia criados a partir de 1926 e que se transformaram em um dos elementos de identidade do sistema. Na realidade, as Regiões Hidrográficas vêm sendo geridas sob o viés das bacias, as quais também têm supremacia em relação às outras unidades hidrológicas espaciais, como aquíferos;

- há uma continuidade da ênfase na gestão das águas superficiais continentais, refletindo a sua priorização como recurso econômico e como mananciais de abastecimento. As águas subterrâneas não recebem a mesma atenção. Este quadro decorre, principalmente, da tradição histórica de gestão das águas superficiais e da abertura legal à apropriação das águas subterrâneas em uma lógica privada;
- as águas de transição e costeiras ainda são muito pouco consideradas nos processos de gestão, o que é necessário para atender a Diretiva Quadro da Água e a legislação nacional. Esta perspectiva sistêmica ainda oferece muitos desafios ao aparato gestor, o qual sempre esteve acostumado e culturalmente arraigado na gestão da água por bacias hidrográficas. As águas marinhas são praticamente excluídas dos processos de gestão no âmbito do *Sistema Español de Gestión del Agua*;
- a Diretiva Quadro da Água significou um freio nas políticas de obras hidráulicas. A quase totalidade dos maiores rios espanhóis está artificializada, com vazões regularizadas por represas. Entretanto, a construção de represas não é mais o principal viés de construção de obras hidráulicas vigente, dado que há poucas alternativas fluviais para mais empreendimentos. Por outro lado, mesmo com a vigência dos princípios da Diretiva, ideias sobre transposições de rios ainda são bastante fortes no seio do aparato gestor como alternativa de aumento da oferta hídrica;
- as transferências hídricas sofrem especial atenção e uma série de críticas por parte de ambientalistas e setores da sociedade alinhados com a *Nueva Cultura del Agua*. Os movimentos de contestação estancaram as ideias de transposição do rio Ebro nos anos 1990, mas elas ainda são defendidas por vários gestores e especialistas. As transposições Tajo-Segura e Júcar-Vinalopó são as duas de maior relevância no país em termos dos volumes hídricos envolvidos e da atenção social recebida, incluindo a defesa de seus benefícios e também diversas críticas;
- os setores agrícola (irrigação) e hidroelétrico continuam possuindo importante protagonismo na gestão da água e nas decisões relativas às políticas territoriais na Espanha. As pressões destes setores implicam, muitas vezes, tensões e conflitos com outros setores usuários da água e com outros segmentos da sociedade. Em certas regiões as associações de irrigantes são as responsáveis por gerir as águas que utilizam;

- as áreas agrícolas irrigadas que passaram por forte expansão nas últimas décadas são aquelas voltadas ao mercado externo e à agroindústria, principalmente para atender os mercados europeus. A entrada da Espanha na União Europeia, em 1986, mudou as tendências e prioridades do setor agrícola nacional. Grande parte desta expansão ocorreu sobre as áreas anteriormente ocupadas pela agricultura tradicional, praticada por pequenos agricultores em uma lógica familiar;
- uma parte da agricultura de mercado recebe fortes críticas de setores da sociedade por não considerar as vocações naturais dos territórios. Cultivos que consomem muita água, em termos relativos, não deveriam ser praticados nos contextos mediterrâneos, pois ficam muito vulneráveis. Estes cultivos acabam apresentando baixa eficiência, baixa rentabilidade e baixa relação custo-benefício e custo-efetividade quando se consideram os volumes hídricos exigidos. Também são muito afetados nos períodos de estiagens em que há queda na disponibilidade hídrica;
- o intenso desenvolvimento turístico do país a partir dos anos 1970, e marcadamente a partir dos anos 1990, transformou profundamente as características territoriais do Arco Mediterrâneo. O litoral da Catalunha (Costa Brava, Barcelona, Tarragona etc.), de Valencia, Alicante-Benidorm e Málaga-Torremolinos-Benalmadena são bons exemplos da explosão urbano-turística que o país vivenciou. O turismo de “sol e praia” implica fortes concentrações dos consumos de água no verão, sobrecarregando os sistemas de abastecimento e engendrando desafios importantes ao aparato gestor, principalmente em períodos de estiagens. Simultaneamente, a expansão urbana difusa, de construções individuais, dificulta e encarece o abastecimento por redes;
- o planejamento é a espinha dorsal do sistema de gestão da água na Espanha, e os planos de gestão das Regiões Hidrográficas são os principais instrumentos de definição das estratégias e das prioridades nos diferentes recortes territoriais;
- os planos de gestão das Regiões Hidrográficas têm sido levados a aplicar os princípios de melhora do estado ecológico e químico das massas de água, envolvendo dimensões quantitativas e qualitativas dos corpos hídricos. Entretanto, o processo tem sido lento e com fortes diferenças nos avanços entre as regiões. Os planos do 2º ciclo de planejamento (2016-2021) têm estado mais alinhados com estes objetivos. A falta de tradição dos organismos de bacia em aplicar esta lógica de gestão ecológica e a falta de referenciais técnicos e instrumentais padronizados dificultam o processo;
- a aplicação do princípio de recuperação de custos, defendido pela Diretiva Quadro da Água, vem obtendo avanços no país nos últimos

anos. Os principais instrumentos adotados são a cobrança pela prestação de serviços (tarifas e taxas). O aumento dos custos da água vem contribuindo com a queda nos consumos domésticos, inclusive a níveis próximos dos limites mínimos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, como no caso da área metropolitana de Barcelona. Estas tendências têm provocado certas preocupações de parte da sociedade ao poder comprometer as necessidades básicas da população. Também tem se verificado uma queda nacional nos consumos de água para irrigação, em grande parte devido à modernização dos sistemas e ao aumento da eficiência;

- o sistema espanhol não aplica a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, ao contrário do Brasil, mas tão somente a cobrança pela prestação de serviços relacionados com a água. Esta cobrança se divide em tributos e taxas “*en alta*”, referentes à disponibilização de recursos para os prestadores de serviços, por parte dos organismos de bacia, e “*en baja*”, referentes aos serviços prestados pelos municípios e entidades concessionárias;
- o estabelecimento das vazões ecológicas nos planos de gestão das Regiões Hidrográficas está dentre os desafios legais enfrentados pelos organismos de bacia. Há muitas dificuldades derivadas da falta de padronização e de referenciais consensuais. A maioria dos valores estabelecidos recebe muitas críticas devido aos critérios adotados e aos volumes relativamente baixos definidos. Não raro, estes valores se situam entre 10 e 20% das vazões médias anuais;
- junto com os planos de gestão, com a recuperação de custos e com as vazões ecológicas, as concessões administrativas (outorgas) são instrumentos-chave do sistema. Por outro lado, são também focos de críticas quanto à falta de sua eficiência. Contribuem para este quadro as deficiências no aparato de fiscalização, a falta de controle do conjunto das autorizações, que leva a quadros de concessões superiores às vazões disponíveis nos cursos d’água, e a pouca efetividade no caso das águas subterrâneas, já que grande parte dos poços é desconhecida ou está em situação ilegal;
- o “domínio público hidráulico” é uma noção bastante presente no contexto legal, institucional e social envolvendo a gestão e os usos da água. Este domínio envolve as zonas de “*cervidumbre*” e “*polícia*”, cada qual com exigências legais para usos da terra e da água;
- as águas na Espanha são de domínio público, mas dois aspectos empregados no sistema comprometem a fidelidade desta concepção: as concessões administrativas de longas durações, frequentemente atingindo 50 anos, e a manutenção do domínio privado das águas subterrâneas, no caso dos usuários agrícolas. A legislação permite aos usuários que mantenham o

- uso privado das águas subterrâneas, o que compromete o controle pelo Estado e a gestão em uma lógica de bens públicos;
- o abastecimento doméstico de água e o tratamento de efluentes estão praticamente universalizados na Espanha, mas há carências nos pequenos núcleos urbanos e nas zonas rurais. O principal problema de degradação da qualidade das águas no país deriva da poluição difusa associada aos agroquímicos, particularmente de nitratos provenientes de fertilizantes;
  - os denominados “recursos não convencionais” vêm ganhando importância no país, desde os anos 1990, como alternativa para o atendimento das demandas, com destaque para a utilização de águas dessalinizadas e a utilização de efluentes domésticos e industriais tratados. Os intercâmbios entre os setores de abastecimento urbano (fornecendo águas brutas e/ou tratadas) e agrícola (fornecendo efluentes derivados da irrigação) têm reforçado esta tendência. Em certas áreas da Espanha, como nas ilhas Canárias e Baleares, a utilização de águas dessalinizadas responde pela quase totalidade dos usos urbanos;
  - a dessalinização foi uma estratégia fortemente defendida no país a partir dos anos 1990, principalmente pelo governo do *Partido Socialista Obrero Español*. O país apresenta, atualmente, uma das maiores capacidades de dessalinização do mundo. Cerca de 95% dos recursos gerados são aplicados no abastecimento urbano. Entretanto, vários problemas comprometeram o sucesso da empreitada, como falhas técnicas e arquitetônicas no planejamento das plantas, superdimensionamento e, principalmente, os custos da água dessalinizada. Como estes custos são superiores às das águas subterrâneas, geralmente apropriadas na lógica da propriedade privada, os usuários agrícolas não se veem motivados a “comprar” os recursos hídricos resultantes da dessalinização. Outra crítica refere-se à manutenção da lógica de aumento da oferta de água e atendimento das demandas, como ocorre com as políticas tradicionais de obras hidráulicas;
  - os mercados da água têm sido defendidos por muitos especialistas como alternativa importante de aumento das reservas hídricas em regiões mais necessitadas, principalmente em períodos de estiagens. Estes mercados envolvem negociações de direitos de usos das águas. Os mercados são contemplados na legislação e vêm ganhando ênfase desde os anos 1990, mas poucas experiências de sucesso foram implementadas. Vários autores defendem que é necessário maior atuação do Estado e dos organismos de bacia no fomento aos mercados de água na Espanha;
  - a gestão participativa da água, nas diferentes instâncias decisórias do sistema, é um dos princípios defendidos na Diretiva Quadro da Água e que vem recebendo destacada atenção a partir dos anos 2000. A Espanha é um dos

países pioneiros no mundo na participação da sociedade civil na gestão da água, com experiências ainda ativas que datam do período Medieval. Entretanto, estas experiências são pontuais e agregam somente usuários agrícolas. Alguns organismos de bacia vêm implementando a gestão participativa com mais sucesso a partir da Diretiva Quadro, como a *Agencia Catalana de l'Aigua*, mas o panorama, como um todo, ainda recebe muitas críticas devido à incorporação deficiente da sociedade civil nos processos decisórios;

- a gestão de áreas úmidas é uma tendência importante na Espanha desde os anos 1990, mesmo com críticas quanto às suas deficiências. Grande parte das *wetlands* do país foi afetada por impactos das obras e atividades humanas e continua sofrendo pressões da agricultura e da expansão urbano-turística. A criação de unidades de conservação como parques e reservas foi a estratégia mais tradicional aplicada. Principalmente após a vigência da Diretiva Quadro da Água, os planos de gestão das Regiões Hidrográficas têm incorporado medidas de proteção das áreas úmidas. No cenário nacional podem ser destacados os planos elaborados pelos organismos da Andaluzia e da Catalunha;
- os processos de restauração fluvial foram impulsionados no país a partir da perspectiva ecológica da Diretiva Quadro da Água. Esta tendência busca frear o tradicional paradigma de artificialização dos sistemas fluviais do país. A criação do *Centro Ibérico de Restauración Fluvial* reflete este processo. Entretanto, a verdadeira restauração fluvial é dificilmente aplicada em qualquer realidade do país em função das pressões e dos impactos dos usos da terra e da água. Em zonas urbanas a restauração, torna-se praticamente inviável. Como consequência, tem sido defendido que os processos de reabilitação fluvial são mais realistas ao buscarem proteger e conservar os sistemas fluviais e recuperar as suas funções ecológicas o mais próximo possível das originais;
- a prestação de serviços urbanos de água e saneamento na Espanha sofre ciclos de maior e menor abertura à gestão indireta e à privatização ao longo do tempo. Os municípios possuem a competência constitucional pela gestão do setor, mas nos ciclos de maior tendência à privatização, muitos deles transferem, via acordos e contratos de concessão, a prestação de serviços a empresas mistas ou privadas. A crise econômica internacional que afetou de modo intenso a Espanha a partir de 2008 contribuiu para uma reversão no quadro anterior de remunicipalização. Simultaneamente, intensificaram-se os questionamentos e pressões de setores da sociedade favoráveis aos serviços públicos;
- há um relativo consenso em todos os segmentos de gestão quanto à necessidade de integração entre gestão da água, gestão ambiental e gestão

territorial. Grande parte dos problemas hídricos do país decorre desta fragmentação. Porém, há consciência dos desafios e dificuldades envolvidos neste processo, os quais passam por uma integração institucional e uma compatibilização de interesses entre diferentes setores usuários. Muitas tensões e conflitos entre os organismos de bacia e as comunidades autônomas decorrem justamente desta divisão de competências, já que estas últimas são responsáveis pela gestão de dimensões territoriais que têm relação direta com as águas, enquanto os primeiros gerem dimensões dos sistemas aquáticos que influenciam diretamente a dinâmica socioeconômica e ambiental em um sentido amplo;

- a gestão e prestação de serviços urbanos de água e saneamento é uma das dimensões em que a defesa do papel do Estado tem sido mais enfatizada. O Estado tem sido defendido como guardião dos interesses públicos e dos bens comuns. Entretanto, também tem sido discutido que a gestão pública, por si só, não significa necessariamente eficiência, transparência e justiça socioambiental. Estes aspectos devem ser buscados e construídos na gestão pública para que haja, inclusive, uma maior defesa contra as pressões da privatização.

Esperamos que estes ‘traços’ característicos do atual panorama espanhol de gestão da água motivem novas reflexões e debates no Brasil.